

PARTE III • Inquérito policial

| | |
|--|-----|
| 11. O Ministério Público pode conduzir, privativamente, investigação criminal, desatrelada do inquérito policial? | 204 |
| 12. Como analisar o sigilo do inquérito policial em confronto à prerrogativa do advogado de livre acesso aos autos? | 225 |
| 13. É cabível a requisição de indiciamento formulada pelo Ministério Público ou pelo magistrado? | 238 |
| 14. A denúncia anônima pode ser justificativa legal para a abertura de inquérito policial? E de indiciamento? | 249 |
| 15. O indiciamento é ato discricionário da autoridade policial? | 282 |
| 16. O prazo legal, para a conclusão do inquérito, em caso de indiciado preso, é fatal ou admite alguma forma de prorrogação? | 297 |
| 17. Em que medida é viável o trancamento de investigação criminal? | 310 |
| 18. O arquivamento de inquérito policial, com base na atipicidade da conduta, admite a reabertura da investigação, caso surjam novas provas? | 322 |
| 19. Há viabilidade legal para o denominado arquivamento implícito? | 350 |

PARTE IV • Ação penal

| | |
|--|-----|
| 20. Admite-se a retratação da representação da vítima no caso de violência doméstica? .. | 366 |
| 21. Em que circunstâncias se dá o trancamento de ação penal? | 379 |
| 22. Qual o alcance da renúncia ou do perdão tácito? | 394 |

PARTE V • Prescrição

| | |
|---|-----|
| 23. A prescrição virtual afeta o interesse de agir? | 420 |
|---|-----|

PARTE VI • Competência

| | |
|---|-----|
| 24. Cabe ao Tribunal do Júri ou Tribunal de Justiça julgar Deputado Estadual, que tenha cometido crime doloso contra a vida? | 432 |
| 25. No caso de tráfico de drogas, quando se configura a competência da Justiça Federal? | 451 |
| 26. Crimes contra a organização do trabalho devem ser julgados pela Justiça Federal ou Estadual? E o delito de condição análoga à de escravo? | 465 |
| 27. Cabe à Justiça Federal julgar crimes envolvendo comunidades indígenas? | 510 |
| 28. Quando se deve deslocar a competência da Justiça Estadual para a Federal, mediante intervenção do Superior Tribunal de Justiça? | 540 |
| 29. A quem compete julgar os crimes cometidos por índios? | 602 |
| 30. Qual o órgão judiciário competente para julgar crimes cometidos pela Internet? | 627 |

| | |
|---|-----|
| 31. Há exceção à regra de competência absoluta de foro? | 642 |
| 32. Qual é a extensão da competência do juízo da execução penal? | 657 |
| 33. Qual juiz é competente para execução provisória da pena? | 673 |
| 34. Qual o foro competente para processar e julgar o homicídio? | 685 |
| 35. Como compatibilizar o foro por prerrogativa de função com o Tribunal do Júri? | 709 |

PARTE VII • Questões e procedimentos incidentes

| | |
|---|-----|
| 36. Como avaliar os indícios veementes da origem ilícita do bem, necessários à decretação do sequestro? | 782 |
| 37. O que se entende por dúvida razoável, capaz de ensejar a instauração de incidente de insanidade? | 796 |

PARTE VIII • Partes no Processo Penal

| | |
|---|-----|
| 38. O Ministério Público é parte legítima para ingressar com ação civil <i>ex delicto</i> em favor de vítima pobre? | 810 |
| 39. O rol de suspeição do art. 254 do CPP é taxativo? | 824 |

PARTE IX • Prisão

| | |
|---|-----|
| 40. Quais são os requisitos mínimos para a decretação da prisão temporária? | 838 |
| 41. Como empregar o uso de algemas na realização da prisão? | 851 |
| 42. O advogado, preso cautelarmente, tem direito à prisão em sala de Estado-Maior das Forças Armadas. O que fazer na falta desse local? | 867 |
| 43. Como analisar a expressão “logo após”, prevista no art. 302, III, do CPP (flagrante impróprio)? | 883 |
| 44. Qual a extensão da expressão “logo depois”, constante do art. 302, IV, do CPP (flagrante presumido)? | 894 |
| 45. As diligências fortuitas e casuais feitas pela polícia, atrás do suspeito do crime, podem levar à realização de prisão em flagrante válida? | 903 |
| 46. A ausência de comunicação da prisão ao magistrado, em 24 horas, tem algum efeito? | 914 |
| 47. Para a decretação da prisão preventiva, torna-se indispensável a prova certa da existência do crime? | 925 |
| 48. Como avaliar a “conveniência da instrução criminal” para justificar a decretação da prisão preventiva? | 940 |
| 49. O clamor público é justificativa para a decretação da prisão preventiva? | 953 |
| 50. Os antecedentes do indiciado ou acusado constituem base para a prisão preventiva? | 967 |
| 51. Qual a medida da fundamentação do juiz para justificar a prisão preventiva? | 985 |

| | |
|---|------|
| 52. Qual o fim da prisão preventiva nos casos de violência doméstica?..... | 1000 |
| 53. Qual a duração razoável da prisão preventiva?..... | 1014 |
| 54. É cabível a decretação de prisão preventiva aos réus citados por edital, cujo processo é suspenso?..... | 1032 |
| 55. Quais os fundamentos para a prisão em decorrência da pronúncia?..... | 1046 |
| 56. Admite-se liberdade provisória para o acusado por tráfico de drogas?..... | 1059 |

PARTE X • Sentença penal

| | |
|---|------|
| 57. É cabível a condenação em reparação civil do dano causado pelo crime na ação penal, de ofício, pelo magistrado, sem pedido expresso do ofendido?..... | 1080 |
| 58. É cabível a fixação, na sentença, do regime aberto ou semiaberto, ao mesmo tempo em que se nega o direito de recorrer em liberdade?..... | 1089 |

PARTE XI • Nulidades

| | |
|--|------|
| 59. A deficiência de defesa técnica gera algum tipo de nulidade?..... | 1104 |
| 60. A ausência do réu, durante a instrução, acarreta nulidade?..... | 1122 |
| 61. Em que medida a falta de intervenção do Ministério Público acarreta nulidade?..... | 1136 |
| 62. O desrespeito ao sistema trifásico para a fixação da pena produz nulidade?..... | 1152 |
| 63. A ausência ou deficiência de motivação das decisões judiciais espelha nulidade?..... | 1165 |
| 64. Nulidades podem ser convalidadas?..... | 1180 |
| 65. A ausência de razões acarreta nulidade?..... | 1195 |
| 66. Em caso de anulação da decisão do júri, pode haver aumento de pena, desfavorável ao acusado, por ocasião do segundo julgamento?..... | 1208 |